

CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA

RESUMO

A capacidade contributiva representa um dos pilares em que se assentam os principais institutos do Direito Tributário, tendo em vista tratar-se de um verdadeiro mecanismo de intermediação entre as demandas do Estado Fiscal e as reais condições econômicas do contribuinte. E é exatamente essa posição intermediária que a torna um instrumento particularmente relevante para se discutir a possibilidade de intercessão entre as formulações e as operabilidades fiscais e os estágios pré-falimentares e falimentares do devedor.

Com base na fixação dessa premissa fundamental, tem-se que o objetivo da presente pesquisa consiste em debater a capacidade contributiva como um meio que transcende os próprios limites preestabelecidos comumente pela doutrina. Tradicionalmente, a capacidade de contribuir é compreendida, interpretada e aplicada como um princípio de que se vale o legislador para calibrar a carga tributária, de modo a evitar que o sujeito tenha de suportar um ônus financeiro demasiadamente superior ao que realmente desfruta.

Acontece que há uma demanda premente em torno da viabilidade de a capacidade contributiva consubstanciar-se uma ferramenta de salvaguarda do contribuinte que se encontra em um estado de vulnerabilidade fiscal tanto no momento da recuperação judicial, quanto no momento da falência propriamente dita.

Em síntese, discutir um tema dessa magnitude somente torna-se viável se forem considerados os seguintes aspectos: (i) os rigores teóricos que orientam a capacidade contributiva devem ser flexibilizados, como forma de dar lugar a um programa interdisciplinar entre o Direito Tributário e o Direito (pré)falimentar; (ii) a capacidade contributiva deve ser apreciada segundo uma perspectiva social tributária; (iii) a dimensão conceitual da capacidade contributiva carece de ser reavaliada como forma de alçá-la a uma condição de elemento indispensável para a proposição de novas maneiras de recuperação do crédito público na fase de recuperação judicial da empresa e (iv) a satisfação dos objetivos normativos informadores do regime jurídico pré-falimentar e falimentar reclamam uma postura condizente com as finalidades pragmáticas da capacidade contributiva.

Palavras-chave: CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. CRÉDITO PÚBLICO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FALÊNCIA.

ABSTRACT

Contributory capacity (ability to contribute) represents one of the pillars on which the main institutes of Tax Law are based, considering that it is a true intermediation mechanism between the demands of the Tax State and the real economic conditions of the taxpayer. And it is exactly this intermediate position that makes it a particularly relevant instrument for discussing the possibility of intercession between tax formulations and operations and the debtor's pre-bankruptcy and bankruptcy stages.

Based on the establishment of this fundamental premise, the objective of this research is to debate the contributory capacity as a means that transcends the limits commonly pre-established by the doctrine. Traditionally, the ability to contribute is understood, interpreted and applied as a principle that the legislator uses to calibrate the tax burden, in order to prevent the subject from having to bear a financial burden that is too much greater than what they actually enjoy.

It turns out that there is a pressing demand around the feasibility of the contributory capacity becoming a safeguard tool for taxpayers who are in a state of fiscal vulnerability both at the time of judicial recovery and at the time of bankruptcy itself.

In summary, discussing a topic of this magnitude only becomes viable if the following aspects are considered: (i) the theoretical rigors that guide the contributory capacity must be made more flexible, as a way of giving way to an interdisciplinary program between Tax Law and (pre)bankruptcy law; (ii) the contributory capacity must be assessed from a socio-tax perspective; (iii) the conceptual dimension of contributory capacity needs to be reassessed as a way of raising it to the status of an indispensable element for proposing new ways of recovering public credit in the company's judicial recovery phase and (iv) the satisfaction of normative objectives informing the pre-bankruptcy and bankruptcy legal regime require a stance consistent with the pragmatic purposes of contributory capacity.

Keywords: CONTRIBUTION CAPACITY. PUBLIC CREDIT. JUDICIAL RECOVERY. BANKRUPTCY.